

21. Nota Fiscal

Nota Fiscal é um documento obrigatório no decorrer de qualquer venda de bem ou de serviço. Um dos objetivos das notas fiscais é o recolhimento de impostos para o município, estado ou união. É um documento fiscal, sujeito a controle e averiguação por parte das autoridades fazendárias, permitindo o cálculo e o recolhimento de impostos, de acordo com a legislação.

Não utilizar nota fiscal implica em sonegação por parte do vendedor. O comprador também está caracterizado como parte da transação ilegal, sendo, nesse caso, receptor de mercadoria não legalizada, especialmente em situações de trânsito de mercadorias.

As notas fiscais podem ser de dois tipos e de diversos modelos. Os tipos de nota fiscal são a de entrada e saída de mercadorias e a de venda ao consumidor.

Atualmente, a nota fiscal de venda ao consumidor é, em casos estabelecidos por lei, substituída por cupom fiscal.

A nota fiscal deve conter em seu corpo a denominação de nota fiscal e o tipo. Nela devem constar número de ordem, série, sub-série, número da via, natureza da operação, data de emissão, dados do titular da nota fiscal (o emissor) e dados do destinatário (quem adquire a mercadoria ou serviço).

Sobre a mercadoria deve constar data de saída, quantidade, marca, tipo, modelo e outros dados. Deve também estar na nota a classificação fiscal dos produtos para os industrializados e a base de cálculo do ICMS. Caso a mercadoria seja transportada, na nota deve constar nome do transportador, placa do veículo, forma de acondicionamento dos produtos. Um último detalhe: a nota também precisa conter dados sobre quem imprimiu a própria nota (nome, CNPJ, data e quantidade da impressão, número para autorização de impressão de documentos fiscais, entre outros).

Existem diversos modelos de notas fiscais. É importante que o modelo utilizado seja adequado para a empresa e a transação que está sendo efetuada. Caso seja impresso eletronicamente, o modelo adequado deve constar como formulário na programação de seu computador. Empresas especializadas, tanto para os blocos de nota em papel quanto para a emissão de notas através de impressora de nota fiscal, podem oferecer o modelo apropriado.

Alguns modelos específicos de notas fiscais aplicam-se para a prestação de alguns serviços. Outras atividades exigem modelos de notas fiscais especiais, por exemplo, fertilizantes ou bio-inoculantes. É importante assegurar-se de quais tipos de nota fiscal seu tipo de negócio é obrigado a emitir e providenciar o modelo correto.

Atualmente as notas fiscais, na sua maioria, são eletrônicas, ou seja, são emitidas via internet. Isso serve para facilitar o trâmite de papel entre o emissor, quem está vendendo o bem ou serviço, e o comprador.

As vantagens do sistema seriam a diminuição com os gastos em compra e armazenagem de papel. A guarda de documentos também seria facilitada, pois seria exclusivamente eletrônica. Tem, potencialmente, a capacidade de diminuir o tempo de parada em postos de fiscalização para mercadorias em trânsito, redução de erros no processo, incentivo à modernização e adoção de novas tecnologias e maior credibilidade e transparência no processo fiscal. Para o governo, existe a vantagem óbvia de uma fiscalização mais extensa e rigorosa.

21.1. Modelos de Notas Fiscais

Entre as notas fiscais mais comuns temos a do consumidor, que é aquela onde apenas entra o nome e endereço do comprador, sem descrever impostos nem CGC ou CPF e são usadas em vendas dentro do município. Em geral, ela é emitida para alimentos, não sendo permitida para produtos duráveis, como os equipamentos de informática e eletrônicos e, se for emitida nesses casos, não terá valor, prejudicando o consumidor na necessidade de se utilizar a garantia dos produtos.

A nota fiscal de tipo 1 tem um tamanho de folha de papel A4 e nela constam todos os dados de quem compra, como CPF ou CNPJ e também os impostos. Ela é obrigatória quando empresas vendem produtos para empresas ou ao consumidor final, dentro ou fora do município, sendo especialmente destinada a bens duráveis. Além disso, com ela é permitido transitar com o produto por todo território brasileiro e também recorrer à assistência técnica dos fabricantes em caso de necessidade.

A nota fiscal do tipo 1, com créditos de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), discrimina o valor dessa taxa, e a intenção do governo ao criá-la foi a de evitar a cobrança de imposto em cascata. É sempre interessante adquirir produtos com discriminação do ICMS, pois há vantagens com relação a garantias, trânsito e impostos que a nota fiscal ao consumidor não possui.

O vendedor de um produto deve deixar de vendê-lo caso a pessoa que adquiriu o produto não queira fornecer seu CPF ou CNPJ, pois o código civil brasileiro obriga que ele o faça ou então responderá por sonegação fiscal, estando sujeito a multa ou mesmo ao fechamento de sua empresa.

21.3. Cupom Fiscal

Cupons fiscais deverão ser usados por empresas em operações de venda ou prestações de serviço ao consumidor, realizadas com pessoas que não contribuem com o ICMS. As empresas contribuintes do ICMS não estão autorizadas a emitir cupom fiscal, devendo, portanto, fornecer a nota fiscal.



O equipamento emissor dos cupons deve ter seu registro autorizado pela Fiscalização de Tributos Estaduais, estando sujeito à apreensão e demais penalidades legais caso não esteja de acordo com essa (Lei 8.820/89 art.44, II). Quando não puder usar a máquina emissora de cupom fiscal (EFC), por motivos técnicos ou em caso de roubo, deverão ser preenchidas notas fiscais de venda ao consumidor, modelos 2, 1 ou 1A. Os documentos emitidos nestes casos devem ser registrados no livro de Registros de Saídas, na coluna “observações”, e devem ser assinalados o número e a série do documento fiscal.

21.4. Pedido de Nota Fiscal

A contabilidade da empresa é responsável pelo pedido da AIDF – Autorização de Impressão de Documento Fiscal, que pode ser feito através de Posto Fiscal Eletrônico nas respectivas Secretarias de Fazenda Estaduais.

Veja o link da Secretaria de seu Estado na lista abaixo:

ESTADO	SITE
ACRE	www.sefaz.ac.gov.br
ALAGOAS	www.sefaz.al.gov.br
AMAPÁ	www.sefaz.ap.gov.br
AMAZONAS	www.sefaz.am.gov.br
BAHIA	www.sefaz.ba.gov.br
CEARÁ	www.sefaz.ce.gov.br
DISTRITO FEDERAL	www.sefaz.df.gov.br
ESPÍRITO SANTO	www.sefaz.es.gov.br
GOIÁS	www.sefaz.go.gov.br
MARANHÃO	www.sefaz.ma.gov.br
MATO GROSSO	www.sefaz.mt.gov.br
MATO GROSSO DO SUL	www.sefaz.ms.gov.br
MINAS GERAIS	www.fazenda.mg.gov.br
PARÁ	www.sefaz.pa.gov.br
PARAÍBA	www.receita.pb.gov.br
PARANÁ	www.fazenda.pr.gov.br
PERNAMBUCO	www.sefaz.pe.gov.br
PIAUÍ	www.sefaz.pi.gov.br
RIO DE JANEIRO	www.sefaz.rj.gov.br
RIO GRANDE DO NORTE	www.set.rn.gov.br
RIO GRANDE DO SUL	www.sefaz.rs.gov.br
RONDÔNIA	www.sefin.ro.gov.br
RORAIMA	www.sefaz.rr.gov.br
SANTA CATARINA	www.sef.sc.gov.br
SÃO PAULO	www.fazenda.sp.gov.br
SERGIPE	www.sefaz.se.gov.br
TOCANTINS	www.sefaz.to.gov.br

21.5. Alíquotas de ICMS

As alíquotas variam de acordo com a mercadoria vendida e a UF de destino deste material.

ESTADOS ORIGEM DE MERCADORIAS	ESTADO DE DESTINO DE MERCADORIA																									
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ	RO	RR	SC	SP	SE	TO
AC		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AL	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AM	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AP	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
BA	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
CE	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
DF	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
GO	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MA	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MT	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MS	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MG	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	12	12	7	7
PA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PB	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PR	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7		7	7	7	12	12	7	7	12	12	7	7
PE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PI	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12
RN	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12
RS	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7		12	7	7	12	12	7	7
RJ	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12		7	7	12	12	7	7
RO	12	12	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12
RR	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12
SC	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7		12	7	7
SP	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	12		7	7
SE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12			12
TO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	

21.6. CFOP

Os CFOP – Códigos Fiscais de Operações e Prestações – são códigos numéricos que identificam as respectivas naturezas das operações de circulação de mercadorias e das prestações de serviços de transportes intermunicipal e interestadual e de comunicação (este último incidente quando o serviço for prestado de forma onerosa).

As chamadas naturezas das operações ou prestações representam os motivos reais pelos quais as saídas ou entradas de mercadorias ou produtos, bem como as correspondentes prestações de serviços, estão sendo realizadas, em função de cada um dos estabelecimentos dos contribuintes do ICMS e de acordo com a origem e destino dos bens móveis alcançados por esse tributo estadual (operações ou prestações internas, interestaduais ou de comércio exterior, abrangendo importações e exportações).

Para a verificação da extensa lista que contém todos estes códigos, sugerimos o seguinte site:

<http://www.infobip.com.br/cfop.htm>

Exercícios:

- 1) O que é a Nota Fiscal e para que ela serve?
- 2) Quais são as consequências que podem ser geradas para uma empresa no caso dela deixar de utilizar uma Nota Fiscal ao efetuar uma venda?
- 3) Quais dados devem constar sobre a mercadoria na NF?
- 4) Quais são as vantagens da Nota Fiscal Eletrônica para as empresas? E as vantagens para o governo?
- 5) A Nota Fiscal ao consumidor é emitida normalmente para que tipo de mercadorias?
- 6) Ao emitir uma Nota Fiscal Modelo 1, o que devemos fazer, caso o comprador não queira fornecer CPF ou CNPJ?
- 7) Para que serve a Nota Fiscal de Serviços?
- 8) Quando deve ser utilizado o Cupom Fiscal?
- 9) Qual o procedimento para emissão de talonário de Nota Fiscal?
- 10) Qual deve ser o ICMS de uma mercadoria cuja origem é o MS, e o destino, RO?



CLIQUE AQUI
PARA CONCLUIR